



**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**Discurso do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, na
abertura da Semana de Jornalismo da PUC-SP**

(20/05/13, no Teatro TUCA)

Bom dia a todas e todos,

É uma grande satisfação estar com vocês na abertura da Semana de Jornalismo da PUC-SP e poder dialogar com jovens abertos a construir e a disseminar uma nova visão de direitos humanos na cidade para enfim quebrar o velho estigma de que “isso é coisa para bandido”, como provoca o chamado desta ação. Na figura do meu amigo Sakamoto e da Isabella Amaral cumprimento todos vocês e agradeço pelo convite.

É uma honra e também uma grande responsabilidade fazer a abertura desta Semana, que traz como tema central os direitos humanos, principalmente neste momento que a PUC vivencia. Porque, por um lado, falar de direitos humanos em São Paulo significa abrir um imenso leque de possibilidades e projetar uma cidade com qualidade de vida, com igualdade de oportunidades, com dignidade e com justiça social. Mas, por outro, significa também reconhecer que este ainda é um local onde as violações são brutais, diárias e crescentes e que temos um enorme caminho pela frente para garantir os direitos da juventude, da população LGBT, das pessoas em situação de rua, dos idosos, das crianças e adolescentes, dos migrantes...

Significa, além disso, saber lidar com a indignação diante da perda do valor pela vida. O que aconteceu semana passada com o Bruno, colega de vocês, colega da minha filha, e com o Ediomário (dos Reis Santos), um rapaz de 22 anos que no mesmo dia foi assassinado em Pinheiros, ou com o Renan, do Mackenzie, morto na semana anterior, infelizmente não são casos isolados. Ao contrário, escancaram uma realidade terrível, inaceitável, diante da qual não podemos nos calar.

Vivemos em uma cidade onde a violência e a mortalidade dos jovens, à contramão das tendências nacionais para o total da população, é crescente, tem endereço e tem cor. O homicídio é a principal causa externa de morte entre os jovens paulistanos e tem um evidente recorte étnico-racial: 57,6 % dos jovens do sexo masculino vítimas de homicídios são pretos ou pardos¹ e moram nas periferias.

Evidentemente, essas estatísticas lamentáveis não são prerrogativas exclusivas de São Paulo. Garantir os avanços necessários em direitos humanos é sempre um desafio em qualquer localidade e em qualquer esfera pública. Apesar dos grandes avanços alcançados em nível nacional, ainda carregamos em nossa cultura as marcas da violação histórica. Vale lembrar que hoje, em pleno início do século 21, continuamos falando em internação e isolamento compulsórios como aconteceu, por exemplo, com os hansenianos na década de 20, 30 e 40... Infelizmente não aprendemos com os erros do passado. Mas é preciso transformar a revolta diante das atrocidades em motivação e somar esforços do governo e da sociedade para dizer basta e começar a mudar essa realidade.

Para isso, será necessário construir uma aliança política que vá além dos arranjos partidários e contar amplamente com a participação social. A experiência que adquiri ao longo desses dez anos de governo federal não me deixam dúvidas de que a história e a experiência dos movimentos sociais é um componente indispensável para o aprimoramento político. Naturalmente, as dimensões gerenciais e técnicas são fundamentais, mas é a participação social que expõe as

¹ Fonte: DATASUS 2010

necessidades e demandas vivas da sociedade, qualifica as políticas públicas e assegura que estejam voltadas para objetivos coletivos.

Quero contar aqui um pouco para vocês sobre como estamos nos organizando para incorporar a participação social como método de gestão no município e sobre as prioridades que temos estabelecido na área de proteção e promoção dos direitos humanos. Nosso norte será o PNDH3, com o qual tive o prazer de contribuir no governo federal. Um plano maduro, com forte pactuação e adesão social, que traz respostas inovadoras.

Esses quatro meses e meio de gestão não foram fáceis – nos dedicamos quase integralmente à reestrutura. Foi um período de muito olhar para dentro, de mergulhar e conhecer o que vinha sendo feito, o que precisa ser mudado, mantido ou fortalecido. Um momento de reconstrução e de (in)tensa negociação para garantir uma estrutura mínima para levar os direitos humanos a sério na cidade, de verdade, e para dar conta dessa realidade de que estamos falando.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania surge da conjugação das antigas Secretarias de Participação Social e Parcerias e da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Além das coordenações já existentes – Juventude, Idosos e LGBT – foram criadas novas áreas para atender os compromissos do Programa de Governo do Prefeito Haddad: a Coordenação de Educação em Direitos Humanos, de População em Situação de Rua, de Migrantes, de Criança e Adolescente, além de toda uma área para tratar do diálogo e da participação social e também da gestão e do planejamento estratégico. Somos responsáveis também pelas políticas de direito à memória e à verdade, de trabalho escravo e de segurança urbana e direitos humanos que terão assessorias específicas.

De lá para cá, apesar do foco na reestrutura, já nos reunimos com muitos representantes de diversos segmentos e temos promovido diálogos em formato de audiências, roda de conversa, como aconteceu na Campus Party, sobre cidadania digital, e nos #DiálogosSPDH/Juventude e LGBT, a fim de ouvir as demandas e orientar a construção das políticas, definindo em conjunto caminhos e prioridades.

Vamos manter essa metodologia para os demais temas, com diálogos mensais para continuar ouvindo as demandas e também e para dar devolutivas sobre os acordos pactuados.

Na área de Educação em Direitos Humanos, em parceria com a Secretaria de Educação, criamos um Grupo de Trabalho com o Callegari para elaborar uma política de educação em direitos humanos voltada para a valorização da diversidade na educação formal. Está sendo pensado também, em parceria com a Secretaria de Segurança Urbana, um programa junto à Guarda Civil Metropolitana que inclui a revisão dos editais de novos concursos e inserção das temáticas de DH nos cursos de formação. Já na primeira semana de junho realizaremos um seminário para formar os formadores que conduzem cursos de educação continuada e da chamada “reciclagem”. Essa coordenação tem também um eixo voltado para Cultura e Direitos Humanos, com várias ações previstas, a principal sendo a Semana de Direitos Humanos, em dezembro. Deixo aqui um desafio para o movimento estudantil, para os estudantes da PUC, para fazermos uma grande mobilização, provocando debates, reflexões sobre os direitos humanos na cidade de São Paulo. Vamos fazer um grande movimento, colocar a cidade toda para dialogar sobre DH e ir provocando a mudança de valores que queremos.

Outra prioridade central para o governo Haddad é a construção de uma política sólida para a população em situação de rua, que hoje estima-se em 14.500 pessoas². Em março foi lançado o Comitê PopRua, com representantes do governo e do movimento para pensar essa política e firmada uma parceria com o SENAI para oferecer capacitação técnica e profissional para pessoas em situação de rua, com perspectivas de empregabilidade. A meta é formar 2.000 pessoas por ano e estamos construindo parcerias com empresas privadas, principalmente aquelas com contratos vigentes com a Prefeitura, para garantir a empregabilidade desses formandos. É um primeiro passo, que evidentemente precisa ser aliado a outras políticas na área de educação, de saúde, de assistência, a serem oferecidas de forma articulada e integrada.

² Censo 2010 e atualização pela SMADS em 2011.

Destaco a necessidade de fortalecer as políticas de juventude. Temos aqui uma juventude criativa, conectada, batalhadora, diversa, que supera desafios todos os dias para estudar, trabalhar e ter lazer e que não pode viver com medo de sair às ruas, sentir-se diariamente ameaçada. Por isso, nossa prioridade nessa área será implementar o plano Juventude Viva em São Paulo, iniciativa do Governo Federal, que traz cerca de 30 ações de 10 ministérios para garantir direitos aos jovens em territórios de maiores índices de mortalidade.

Na área de políticas LGBT, vamos enfrentar com rigor a violência e a discriminação que essa população ainda sofre nos dias de hoje. O Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia recebeu de 2006 a 2010 um total de 1.185 denúncias, das quais 88% possuíam motivação homofóbica (física, institucional ou simbólica). 67% dos entrevistados durante a Parada do Orgulho LGBT de 2006 disseram já terem sido vítima de algum tipo de discriminação devido à sua sexualidade e 59% foram vítimas de alguma forma de agressão. Não podemos tolerar isso, temos que encarar de frente o problema da homofobia na cidade. Aproveito já para convidá-los para a próxima Parada, que acontecerá no dia 02/06.

É inacreditável, mas até agora o município não possuía uma Coordenação para cuidar da política para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Havia um Fundo e um Conselho desarticulados entre si e sem uma diretriz política e critérios claros para orientar a aprovação dos projetos a serem financiados. A partir da próxima semana, (espero!) teremos pela primeira vez uma coordenação dedicada a essa política, cuja prioridade será o combate à exploração sexual.

A Coordenação do Migrante também é uma inovação e os temas centrais serão a regularização da permanência no país e a garantia de direitos trabalhistas e a uma vida digna às mais de 150 mil pessoas³ (sem contar as que ainda estão ilegais) que escolheram São Paulo como lar e que possuem direitos como qualquer cidadão.

³ Censo IBGE 2010

Para os idosos, o foco será a oferta de educação continuada pela Universidade Aberta do Idoso, a garantia de qualidade no acesso aos serviços e o combate à violência, que não é só a violência física, mas inclui também os abusos psicológicos e financeiros, o abandono, a negligência e a auto-negligência⁴. A violência contra o idoso é perversa, porque é silenciosa, é sorrateira. Segundo estudo publicado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo⁵, 84,5% dos casos de violência contra mulheres com mais de 60 anos entrevistadas em 11 capitais ocorreram dentro de casa e os agressores em geral são filhos homens.

Queremos avançar também em um tema muito caro para a história do país e de São Paulo, que é o direito à memória e à verdade. No estado temos 154 mortos e desaparecidos políticos, a maioria daqui da cidade, e dos 1049 corpos encontrados na Vala Clandestina de Perus até hoje apenas três foram identificados desde a descoberta, em 1990. Em meados de março o Prefeito firmou um Protocolo de Intenções com a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, dividido em três eixos: a retomada da identificação de mortos e desaparecidos; a identificação e criação de sítios de memória e ações de educação em direitos humanos sobre o tema. Além disso, consta do Programa de Governo a criação da Comissão Municipal da Verdade, cujo escopo precisará ser definido em conjunto com os familiares e com representantes das entidades, além das demais comissões da verdade já existentes no município.

Vamos construir também o Sistema Municipal de Participação Social, que considera diversos canais de participação da sociedade civil na gestão pública – o diálogo, a negociação e a mediação de conflitos. Isso contribuirá para que os

⁴ MINAYO, Maria Cecília. Violência contra idosos - O avesso do respeito à experiência e à sabedoria.

⁵ CARDIA, Nancy. *Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: um estudo em 11 capitais de estado* / Coordenação: Nancy Cardia; Rafael Cinoto et. al. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2012, 413 p.

cidadãos e cidadãs compartilhem as principais decisões de governo, e atuem na elaboração, implementação e monitoramento das políticas municipais.

Enfim, são diversos os temas e vale ressaltar que os desafios não se restringem nem podem ser tratados apenas pela perspectiva municipal. Por isso temos que nos inserir nos grandes debates sobre DH no país. São Paulo, devido a sua dimensão e sua relevância política não pode se furtar de se posicionar e de se colocar na disputa de idéias e de valores. O que acontece aqui, as posições expressas por nós, reverberam em nível nacional e até internacional.

Não podemos ficar assistindo calados, passivos diante de posições que anunciam retrocessos na luta histórica e na consolidação das políticas de DHs. Não podemos ficar imbecilizados, estáticos, frente às alternativas insossas, pouco criativas e comprovadamente ineficazes que vêm sendo propostas para tratar de temas importantes para o Brasil, para o mundo. Temos que ter opinião e entrar na disputa de valores sobre drogas, sobre maioria penal, sobre internação compulsória, entender as intencionalidades que estão por trás, sem ingenuidade. Por isso esta Semana de vocês é tão importante, ela coloca essas questões em debate, abre espaços para uma leitura crítica e fundamentada e incita o posicionamento e o engajamento o posicionamento político.

Por fim, como coloquei no início da minha fala, vamos trabalhar para desconstruir a cultura de violações de DH e substituí-la por uma cultura de *promoção* de DH. E para isso não basta toda essa gama de propostas – isso ainda será pouco se não criarmos um grande movimento e uma forte mobilização para disputar os valores humanos. Sem a participação social qualificada, crítica, engajada, continuaremos avançando a passos lentos.

Contamos com todos vocês, futuros jornalistas, formadores de opinião, multiplicadores, para impulsionar, formular e construir juntos esse percurso, passo a passo. Vocês têm um papel muito importante na mudança de cultura de que precisamos para que os direitos humanos passem a ser realidade na cidade e no

país, para construir a São Paulo que queremos – uma São Paulo de DH e cidadania.

Obrigado!